



CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Imagine uma discussão, após um jogo de futebol, sobre um pênalti. “Ele obviamente foi empurrado”, diz o torcedor de um time. “Que nada, se jogou”, diz o outro.

O mais interessante: ambos acreditam no que dizem. Ou seja, não se trata de uma distorção deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de um viés involuntariamente criado pelo cérebro.

Apostando que isso não se aplica só ao futebol, mas também se aplica a várias outras áreas (como a política), um físico e professor da USP tem se dedicado a mapear todos os mecanismos mentais que nos tornam seres tendenciosos – ele já publicou artigos sobre o tema em revistas científicas e prepara um livro. Para André Martins, isso é um problema inclusive para o método científico.

Além do viés de confirmação – primeiro escolhemos um lado, depois selecionamos os fatos que sejam adequados –, existem muitos outros mecanismos de parcialidade no nosso cérebro. Um dos mais famosos é o pensamento de grupo.

Estudos mostram que, se um voluntário desavisado é colocado em uma sala cheia de atores, ele vai concordar com eles em várias questões, mesmo que estejam obviamente errados. A maior parte dos voluntários chega a dizer que duas retas evidentemente diferentes têm o mesmo tamanho, só porque os outros concluíram isso antes deles.

“Um exemplo disso é uma assembleia estudantil”, diz Martins. “Não existe muita permissão para ideias próprias, só alguns pensamentos são permitidos. Dissidentes são de alguma forma humilhados”.

Uma historietinha norte-americana sintetiza o assunto: em uma sala de reuniões, o chefe dá o diagnóstico: “Nosso problema é que precisamos de mais opiniões divergentes”, ao que os subordinados reagem, dizendo “com certeza, chefe”, “exatamente o que eu penso”.

Estudos mais recentes, em que os cérebros dos voluntários são mapeados, mostram que estar isolado, discordando da maioria, ativa regiões ligadas à dor, ou seja, a rejeição de ser diferente machuca.

(Ricardo Miotto, Como estragar um raciocínio. *Folha de S.Paulo*, 28.11.2015. Adaptado)

01. Segundo o texto, o fato de as pessoas sustentarem pontos de vista diferentes sobre um mesmo dado de realidade

- (A) decorre de um mecanismo espontâneo, desencadeado pelo cérebro, que as faz convictas do que afirmam.
- (B) explica a natural tendência humana a ser “do contra”, independentemente da verdade do que se defende.
- (C) justifica o desejo humano de vencer pelo convencimento do outro, mesmo quando não há exatidão no argumento.
- (D) implica uma nova perspectiva de abordagem do real, a qual se sobrepõe a polarizações de ideias e fatos.
- (E) procede das convicções adquiridas ao longo da vida, tornando o cérebro dependente da vivência de realidades particulares.

02. A historietinha norte-americana relatada no penúltimo parágrafo

- (A) comprova, com dados do real, a tese de que subordinados devem obediência às opiniões de chefes, seguindo a linha de raciocínio destes.
- (B) exemplifica, com base em dados da ficção, o princípio segundo o qual, nas assembleias estudantis, não se tolera cerceamento de ideias divergentes.
- (C) ilustra, com humor, a tese de que o cérebro, muitas vezes, reage de forma tendenciosa, independentemente de convicções racionais.
- (D) consagra, com elementos abstratos, a ideia de que a concordância com a maioria é sinal de esperteza, para escamotear pontos de vista insustentáveis.
- (E) demonstra, com base em comportamentos, o princípio segundo o qual ideias diferentes nem sempre levam aos melhores resultados.

03. A relação de sentido que existe entre as palavras **desavisado** e **prevenido** existe também entre

- (A) dissidentes e concordes.
- (B) tendenciosos e simpatizantes.
- (C) parcialidade e parcimônia.
- (D) distorção e contorção.
- (E) confirmação e sanção.

04. Assinale a alternativa que reescreve a passagem seguinte, obedecendo à norma-padrão de concordância verbal e nominal.

Ou seja, não se trata de uma distorção deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de um viés involuntariamente criado pelo cérebro. Não existe muita permissão para ideias próprias, só alguns pensamentos são permitidos.

- (A) Ou seja, não se tratam de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não vão haver permissões para ideias próprias, só se permite alguns pensamentos.
- (B) Ou seja, não se trata de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode haver permissões para ideias próprias, só se permitem alguns pensamentos.
- (C) Ou seja, não se tratam de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de viés involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode existir permissões para ideias próprias, só se permite alguns pensamentos.
- (D) Ou seja, não se trata de distorções deliberada da realidade, uma “malandragem”, mas de viés involuntariamente criado pelo cérebro. Não vão existir permissões para ideias próprias, só é permitido alguns pensamentos.
- (E) Ou seja, não se trata de distorções deliberadas da realidade, uma “malandragem”, mas de vieses involuntariamente criados pelo cérebro. Não pode existir permissões para ideias próprias, só alguns pensamentos se permitem.

05. Assinale a alternativa em que as passagens destacadas no trecho a seguir estão reescritas com correção e fidelidade ao sentido original.

Estudos mostram que, **se um voluntário desavisado é colocado** em uma sala cheia de atores, ele vai concordar com eles em várias questões, **mesmo que estejam** obviamente errados.

- (A) ... desde que um voluntário desavisado é colocado ... assim como estão...
- (B) ... se caso um voluntário desavisado seja colocado ... apesar de que estão...
- (C) ... contanto que um voluntário desavisado é colocado ... à medida que estejam...
- (D) ... caso um voluntário desavisado seja colocado... apesar de estarem...
- (E) ... conforme um voluntário desavisado seja colocado ...embora estejam...

06. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho, conforme prevê a norma-padrão.

“Vai pegar melhor com os meus amigos ser _____ favor ou contra a prisão?” Vários estudos nos _____ que se posicionar contra o grupo ativa áreas cerebrais relacionadas _____ dor. É o efeito maldado: se todos _____ minha volta pensam assim, vou _____.

- (A) a ... vêm mostrando ... à ... à ... segui-los
- (B) à ... vêm mostrando ... à ... à ... seguir-lhes
- (C) a ... veem mostrando ... à ... a ... seguir eles
- (D) a ... vem mostrando ... a ... a ... os seguir
- (E) à ... vêem mostrando ... a ... à ... lhes seguir

Leia a tira, para responder à questão de número 07.



(Fernando Gonsales, Níquel Náusea. Folha de S.Paulo, 11.09.2015)

07. Na tira, o principal elemento responsável pelo efeito de sentido de humor é

- (A) a construção escrita, na forma de diálogo.
- (B) a representação gráfica das personagens.
- (C) a falta de sentido do diálogo entre as personagens.
- (D) o emprego de verbos no imperativo em sentido figurado.
- (E) a exploração do duplo sentido, no emprego de palavras.

Leia o texto, para responder à questão de número 08.

Perto do bosque de Chapultepec viveu faz tempo um homem que enriqueceu e se fez famoso criando Corvos para os melhores parques zoológicos do país e do mundo e os quais se tornaram tão excelentes que depois de algumas gerações e à força de boa vontade e perseverança já não tentavam arrancar os olhos do seu criador mas antes pelo contrário se especializaram em arrancar os dos curiosos que sem exceção e dando mostra do pior gosto repetiam diante deles a vulgaridade de que não se deviam criar Corvos porque arrancam os olhos de quem os cria.

(Augusto Monterroso, Os corvos bem criados.
A ovelha negra e outras fábulas)

08. Esse texto foi escrito pelo autor sem pontuação entre seus enunciados. Se o pontuarmos, estará de acordo com a norma-padrão a pontuação da seguinte passagem:

- (A) ... se especializaram em arrancar os dos curiosos, que sem exceção, e, dando mostra do pior gosto repetiam...
- (B) ... os quais, se tornaram tão excelentes, que depois de algumas gerações, e à força, de boa vontade e perseverança...
- (C) ... já não tentavam arrancar os olhos do seu criador; mas, antes, pelo contrário, se especializaram em arrancar os dos curiosos...
- (D) ... dando mostra do pior gosto repetiam, diante deles a vulgaridade: de que não se deviam criar Corvos...
- (E) Perto do bosque de Chapultepec viveu, faz tempo um homem, que, enriqueceu; e se fez famoso criando Corvos...

Passar quatro dias e quatro noites em casa, vendo o carnaval passar; ou não vendo nem isso, mas entregue a uma outra e cifrada folia, que nesta quarta-feira de cinzas abre suas pétalas de cansaço, como se também tivéssemos pulado e berrado no clube. Não ligar televisão, esquecer-se de rádio; deixar os locutores falando sozinhos, na ânsia de encher de discurso uma festa à base de movimento e canto. Perceber apenas o grito trêmulo, trazido e levado pelo vento, de um samba que marca a realidade lúdica sem nos convidar à integração. Beneficiar-se com a ausência de jornais que prova a inexistência provisória do mundo como arquitetura de notícias. Ter como companheiro o irmão gato Crispim, exemplo de abstenção sem sacrifício, manual de silêncio e sabedoria, aventureiro que experimentou a vertigem da luta-livre nos telhados e homologa a invenção da poltrona.

(Carlos Drummond de Andrade, Ficar em casa. *A bolsa e a vida*)

09. É correto afirmar que o texto

- (A) expõe o interesse do narrador pela cobertura jornalística do carnaval, privilegiando o emprego de palavras em sentido próprio.
- (B) descreve o estado de recolhimento do narrador durante e após a folia carnavalesca, empregando palavras em sentido figurado.
- (C) relata com precisão os eventos que atraem os fãs de carnaval, mediante o emprego, pelo narrador, de expressões em sentido próprio.
- (D) constrói um cenário festivo, graças ao relato objetivo de fatos ocorridos com familiares, com os quais convive o narrador.
- (E) reflete a indefinição do autor em relação ao tema, indefinição essa explicitada no uso de palavras pouco usuais.

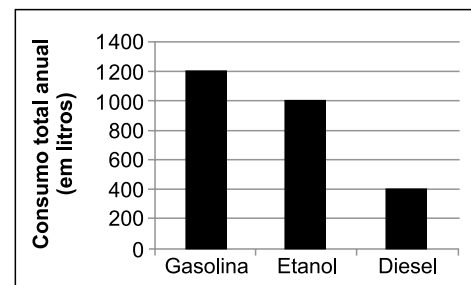
10. Assinale a alternativa em que os verbos da passagem – Não **ligar** televisão, **esquecer-se** de rádio; **deixar** os locutores falando sozinhos... – estão em correta relação temporal, expressando o sentido de ordem.

- (A) Não ligam / esquecem-se / deixam
- (B) Não liguem / esquecem-se / deixem
- (C) Não liguem / esqueçam-se / deixem
- (D) Não ligam / esqueçam-se / deixam
- (E) Não liguem / esqueçam-se / deixam

11. Uma viagem de carro de São Paulo a Registro, em ótimas condições de trânsito, pode ser feita num tempo mínimo de 2 horas e meia, porém Regina saiu de São Paulo às 15h 50min e chegou a Registro às 19h 05min. Portanto o tempo a mais de viagem que ela levou em relação ao tempo mínimo foi, em minutos, de

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 35.
- (E) 45.

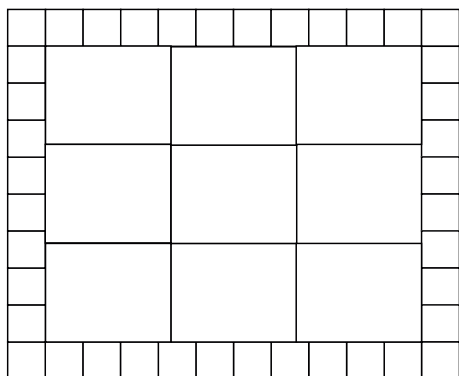
12. O gráfico apresenta informações sobre o consumo total de combustíveis utilizados no ano anterior pela frota de veículos de certa empresa.



Nessa empresa, no referido ano, os veículos utilizaram apenas gasolina, apenas etanol ou apenas diesel, sem misturá-los no tanque. Os rendimentos médios dos veículos foram de 12 km por litro para a gasolina, 8 km por litro para o etanol e 10 km por litro para o diesel. Portanto a soma das quilometragens percorridas por todos os veículos da frota, no ano considerado, foi

- (A) 26 000.
- (B) 26 100.
- (C) 26 250.
- (D) 26 400.
- (E) 26 500.

13. A figura a seguir mostra o padrão de azulejos com que foi decorada a parede de uma cozinha, empregando-se dois tipos de azulejos. O azulejo maior é retangular, e o menor é quadrado, sendo os azulejos menores utilizados em todo o contorno que envolve os azulejos maiores.



Desprezando-se os vãos ocupados pelos rejunte, a fração irredutível que expressa a razão entre a medida do lado menor e a medida do lado maior do azulejo retangular é

- (A) $\frac{2}{5}$
- (B) $\frac{3}{5}$
- (C) $\frac{2}{3}$
- (D) $\frac{3}{4}$
- (E) $\frac{4}{5}$
14. Certo município tinha, em 2015, população distribuída da seguinte forma: cerca de 50 000 residentes na zona urbana, numa área de 80 km², e 6 400 residentes na zona rural, numa área de 640 km². A densidade demográfica de dada região é a razão entre a população residente nessa região e a área da região. Portanto, naquele ano, a densidade demográfica da zona urbana desse município era maior do que a da zona rural, por um fator aproximado de
- (A) 6.
- (B) 48.
- (C) 63.
- (D) 85.
- (E) 160.

15. A prefeitura de um município está organizando concurso para provimento de vagas de professores do ensino fundamental. Haverá 65 vagas para professor de língua portuguesa; 52, de matemática; e 26, de ciências. Para cada escola desse município, será destinado, por disciplina, o mesmo número de vagas, ou seja, para cada escola serão destinadas x vagas para professores de língua portuguesa, y vagas para professores de matemática e z vagas para professores de ciências. Portanto cada escola receberá um número total de novos professores igual a

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 14.

16. O município de Registro é uma reconhecida região produtora de chá-da-índia. Em 2014, a área destinada a este cultivo era de 480 hectares, que produziram um total de cerca de 2880 toneladas da folha verde do chá. Sabendo-se que um hectare corresponde a $10\,000\text{ m}^2$, cada metro quadrado da área de cultivo produziu, naquele ano, em média, uma quantidade de folha verde do chá de

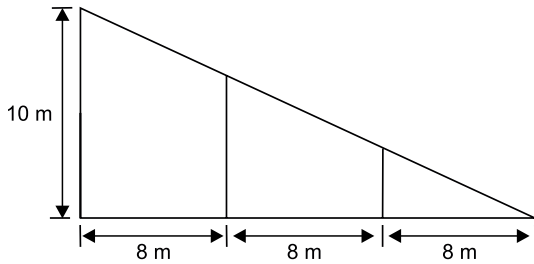
(Fonte dos dados: IBGE)

- (A) 600 g.
- (B) 6 kg.
- (C) 60 kg.
- (D) 600 kg.
- (E) 6 toneladas.

17. Em certo bairro residencial planejado, cada um dos 150 imóveis está sujeito ao mesmo valor anual de IPTU (imposto predial e territorial urbano), que é de R\$ 1.200,00. A prefeitura oferece duas opções para o proprietário pagar o imposto: à vista no início do ano, com desconto de 5% sobre o valor anual; ou então pagamento em 10 parcelas mensais iguais, sem desconto. No fim do ano, a secretaria de fazenda municipal apurou a arrecadação de IPTU nesse bairro. Todos os proprietários pagaram o imposto sem inadimplências, resultando num total arrecadado de R\$ 174.000,00. Portanto o número de imóveis cujos proprietários pagaram o IPTU à vista foi

- (A) 50.
- (B) 75.
- (C) 100.
- (D) 120.
- (E) 140.

18. Um terreno com a forma de um triângulo retângulo foi dividido em três partes, conforme apresentado na figura sem escala definida.



O perímetro do terreno original, em metros, é igual a

- (A) 60.
 (B) 63.
 (C) 66.
 (D) 72.
 (E) 75.
19. Certa residência tem 2 caixas d'água com a mesma capacidade. A caixa 1 está com 1250 litros de água, o que corresponde a $\frac{5}{6}$ de sua capacidade total. A caixa 2 está com 80% de sua capacidade. Para preencher a caixa 2 até sua capacidade total, falta um número de litros de água igual a
- (A) 50.
 (B) 80.
 (C) 120.
 (D) 300.
 (E) 500.
20. João e Maria deixaram seus carros num estacionamento que apresentava a seguinte tabela de preços:

Tempo de estacionamento	Preço
Até 1 hora	R\$ 10,00
Até 2 horas	Mais R\$ 7,00
Acima de 2 horas	Mais R\$ 4,00 por hora adicional

Se João pagou exatamente R\$ 15,00 a mais do que Maria, a diferença entre o número de horas pagas por ele para o número de horas pagas por ela foi de

- (A) 1.
 (B) 2.
 (C) 3.
 (D) 4.
 (E) 5.

21. Nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, revisões salariais, reajustes salariais mediante lei, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara, nos termos da lei e conforme disposições da Lei Orgânica do Município de Registro, compete,

- (A) privativamente, ao Presidente da Câmara.
- (B) privativamente, à Mesa da Câmara.
- (C) privativamente, ao Prefeito.
- (D) exclusivamente, ao Vereador mais votado.
- (E) exclusivamente, à maioria absoluta dos Membros da Câmara.

22. Em relação às audiências públicas regulamentadas na Lei Orgânica do Município de Registro, é correto afirmar que

- (A) a audiência será facultativa e, se aprovada, será concedida no prazo de até quinze dias.
- (B) os projetos de licenciamento que envolvam impacto ambiental não serão objetos de discussão em audiência pública.
- (C) da audiência pública, poderão participar, além da entidade requerente, cidadãos e entidades interessadas que terão direito à voz.
- (D) cada entidade terá direito, no máximo, à realização de quatro audiências por ano, ficando, a partir daí, a obrigatoriedade de deferimento do pedido.
- (E) o Prefeito deverá demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais a cada dois anos, em audiências públicas realizadas na Câmara Municipal.

23. Conforme estabelece o Regimento Interno, à Mesa da Câmara Municipal de Registro, na qualidade de órgão diretor, incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos. Compete à Mesa, dentre outras atribuições,

- (A) autorizar licitações, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras.
- (B) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e à votação a matéria dela constante.
- (C) decidir sobre o impedimento de vereador para votar.
- (D) decidir as questões de ordem e as reclamações.
- (E) autorizar o vereador a falar da bancada.

24. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Registro, no que diz respeito às Comissões Permanentes, a suas competências e à escolha dos membros, assinale a alternativa correta.

- (A) As Comissões Permanentes serão constituídas na sessão imediatamente posterior à sessão em que for eleita a Mesa da Câmara.
- (B) Os membros das Comissões serão 05 (cinco), com a seguinte denominação: Presidente, Vice-Presidente, Relator, Vice-Relator e Secretário.
- (C) O mandato dos membros das Comissões Permanentes será de um ano, terminando sempre na posse da Comissão constituída para o ano seguinte.
- (D) A divisão dos trabalhos nas Comissões se traduz na tripartição de competências, no estudo das matérias pelo enfoque da legalidade, do fundamento programático e recursos orçamentários e do mérito.
- (E) A legalidade, os convênios, acordos e contratos e o regime jurídico único dos servidores públicos, bem como a fiscalização do fundamento programático e dos recursos orçamentários, são atribuições afetas à Comissão de Justiça e Redação.

25. A Lei nº 755/2007 institui a jornada de trabalho correspondente a 40 (quarenta) horas semanais para os servidores públicos da Câmara Municipal de Registro, excetuando-se da jornada acima, o cargo de

- (A) Oficial Contínuo, que terá jornada de 20 (vinte) horas semanais.
- (B) Secretário, que terá jornada de 20 (vinte) horas semanais.
- (C) Auxiliar Administrativo, que terá jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- (D) Assessor de Comunicação Social, que terá jornada de 30 (trinta) horas semanais.
- (E) Telefonista, que terá jornada de 30 (trinta) horas semanais.

26. Considere que o computador tem a instalação original do MS-Windows 7 e observe a barra de tarefas exibida parcialmente na figura a seguir.



Assinale a alternativa que contém, respectivamente, a quantidade de

- I. acessórios do Windows fixados na barra de tarefas e que não estão em execução;
- II. acessórios do Windows em execução;
- III. programas do Office fixados na barra de tarefas que não estão em execução;
- IV. navegadores Web fixados na barra de tarefas.

- (A) 4; 4; 3; 2.
- (B) 3; 3; 2; 1.
- (C) 2; 2; 1; 1.
- (D) 1; 2; 2; 2.
- (E) 1; 2; 1; 2.

27. Para apagar somente o conteúdo e não a estrutura de uma tabela construída no MS-Word 2010, em sua configuração original, o usuário deve estar no modo de exibição _____, posicionar o ponteiro sobre a tabela até que a alça de movimentação  apareça, clicar nela e pressionar a tecla _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Layout da Web ... ESPAÇO
- (B) Layout de Impressão ... DELETE
- (C) Layout de Impressão ... BACKSPACE
- (D) Rascunho ... DELETE
- (E) Rascunho ... BACKSPACE

28. Observe a planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original, apresentada parcialmente na figura.

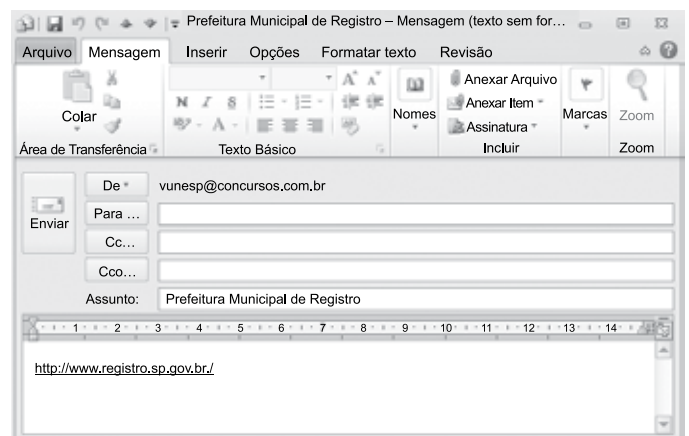
	A	B	C	D	E
1		Produto	Qtde	Custo	Frete
2		Panetone	5	R\$ 90,00	
3		Chocotone	1	R\$ 50,00	
4		Pão de Mel	1,5	R\$ 75,00	
5		Mousse	0,5	R\$ 40,00	
6		Bombom	0,5	R\$ 60,00	
7		Bolo	1,5	R\$ 30,00	

Assinale a alternativa que contém o valor do frete do Panetone, sabendo-se que sua fórmula de cálculo inserida na célula E2 é:

=SE(E(C2>1;C2<5);D2/2+CONT.SE(C2:C7;"<=1");D2*0,2+CONT.NÚM(C2:C7))

- (A) R\$ 3,00.
- (B) R\$ 6,00.
- (C) R\$ 12,00.
- (D) R\$ 24,00.
- (E) R\$ 48,00.

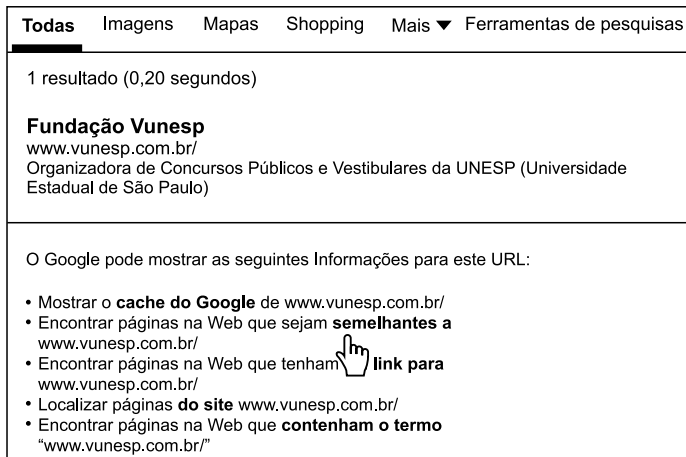
29. Observe o e-mail do MS-Outlook 2010 criado automaticamente pelo Internet Explorer enquanto o usuário visitava a página da Prefeitura Municipal de Registro.



Para criar o e-mail apresentado na figura via Internet Explorer, o usuário acessou o menu Arquivo, opção Enviar e clicou em

- (A) Anexo por Email...
- (B) Página por Email...
- (C) Link por Email...
- (D) Configurar Página...
- (E) Importar e exportar...

30. Observe o resultado de uma busca efetuada pelo usuário no Google, ilustrado na imagem a seguir.



Ao clicar no link indicado pelo cursor do mouse na imagem ("semelhantes a"), o Google efetuará uma nova busca, utilizando o comando

- (A) related:www.vunesp.com.br/
- (B) title:vunesp site:www.vunesp.com.br/
- (C) info:www.vunesp.com.br/
- (D) site:www.vunesp.com.br/
- (E) define:www.vunesp.com.br/

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Com relação à *vacatio legis*, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com as regras de estruturação das leis, o período de vacância deverá constar na denominada parte preliminar.
- (B) Omitindo-se a lei com relação ao seu período de vacância, começará a vigorar em todo o país 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.
- (C) Nas leis que estabeleçam prazo de vacância, a contagem do prazo far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (D) A publicação de novo texto de determinada lei, no curso do período de vacância, destinada à sua correção, não prejudica ou interfere no prazo já transcorrido.
- (E) O período de vacância não poderá ultrapassar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, salvo nos casos das emendas à Constituição Federal.

32. É correto afirmar que a repristinação

- (A) é admitida no direito brasileiro, desde que haja específica previsão sobre a restauração da vigência da lei revogada.
- (B) não é admitida no direito brasileiro, sendo nula a disposição que restaure os efeitos da lei revogada.
- (C) é admitida no direito brasileiro e constitui regra quando a lei revogada perde sua vigência.
- (D) não é expressamente regulada pela legislação brasileira, e sua aplicação é controversa na doutrina e na jurisprudência contemporâneas.
- (E) é admitida dependendo da natureza da lei e da matéria regulada, nos termos da legislação que especificamente trata da matéria.

33. Assinale a alternativa correta sobre as técnicas de elaboração, redação e alterações das leis.

- (A) As disposições normativas devem ser redigidas com frases longas e explicativas.
- (B) Na alteração de leis, é permitida a renumeração de artigos, subseções, seções, capítulos, títulos e livros, sempre que recomendável.
- (C) A epígrafe será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso, o objeto da lei.
- (D) Na redação da norma, deve-se evitar o emprego das mesmas palavras, valendo-se do emprego de sinonímia sempre que possível.
- (E) Por princípio, a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

34. A sentença proferida no estrangeiro, para ser executada no Brasil, deve ser homologada
- (A) por um dos Tribunais Regionais Federais, na forma da lei.
 - (B) pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) pelo Tribunal de Justiça de um dos Estados, na forma da lei.
 - (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) pelo Conselho Nacional de Justiça.
35. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942).
- (A) Não se admite a promulgação de lei com vigência temporária, em respeito à segurança jurídica.
 - (B) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram nova lei.
 - (C) É vedada a utilização da analogia quando for omissa a lei.
 - (D) É admitida a revogação tácita de lei.
 - (E) Entende-se por direito adquirido o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
36. Assinale a alternativa que contempla somente pessoas jurídicas da Administração Pública indireta.
- (A) Sociedade de economia mista e autarquia.
 - (B) Secretarias de Estado e Ministérios Federais.
 - (C) Fundações e Secretarias Municipais.
 - (D) Câmara de Vereadores e empresas públicas.
 - (E) Estados e Municípios.
37. Conforme as regras jurídicas pátrias pertinentes às concessionárias do serviço público, é correto afirmar que
- (A) a concessionária é remunerada por meio de impostos exigidos pelos serviços públicos prestados.
 - (B) o poder concedente transfere à concessionária a execução e a titularidade do serviço público concedido.
 - (C) a responsabilidade por prejuízos causados pela concessionária aos usuários do seu serviço é objetiva.
 - (D) pode ser dispensada a licitação para a contratação de concessionárias com o objetivo de prestação de serviços públicos de pequeno valor.
 - (E) a contratação de concessionárias para a prestação de serviço público deve ser feita sempre por meio de licitação na modalidade tomada de preços.
38. No tocante aos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) o princípio da legalidade na Administração Pública se aplica igualmente e na mesma extensão ao particular.
 - (B) do princípio da impessoalidade decorre a teoria de que o ato administrativo que cause prejuízo a terceiros gera responsabilidade pessoal do agente público que o praticou e não do órgão a que pertence.
 - (C) de acordo com o princípio da moralidade, conclui-se que todo ato imoral é ilegal, e todo ato ilegal é crime.
 - (D) a Administração é obrigada a dar publicidade a todos os seus atos, não podendo haver exceções baseadas em qualquer espécie de sigilo.
 - (E) a falta de motivação do ato administrativo pode levar à sua invalidação tanto pelo Poder Judiciário quanto pela própria Administração Pública.
39. Assinale a alternativa correta a respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.
- (A) O controle judicial recai apenas sobre o mérito do ato.
 - (B) O ato discricionário não é passível de controle judicial.
 - (C) O controle judicial sobre o ato vinculado se dá em todos os seus aspectos.
 - (D) O controle judicial examina a conveniência e a oportunidade do ato discricionário.
 - (E) O desvio de finalidade do ato não é passível de controle judicial.
40. De acordo com o regime jurídico dos atos administrativos, é correto afirmar que a Câmara Municipal
- (A) pratica atos apenas de caráter legislativo, não praticando atos administrativos.
 - (B) pratica atos administrativos quando aprova projetos de lei em votação pelos Vereadores.
 - (C) pode praticar atos administrativos, sendo estes passíveis de controle externo, mas não de controle interno.
 - (D) pratica atos que podem ser legislativos ou administrativos.
 - (E) pratica ato administrativo, por exemplo, quando deruba um veto do Prefeito a um projeto de lei.

41. "Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade."

Esse conceito diz respeito à espécie de ato administrativo denominado

- (A) aprovação.
- (B) licença.
- (C) permissão.
- (D) parecer.
- (E) tombamento.

42. Considerando o significado do princípio da oficialidade, aplicado ao processo administrativo, é correto afirmar que

- (A) o administrador pode instaurar o processo por sua própria iniciativa, independentemente de provocação do administrado, e ainda impulsioná-lo, adotando todas as medidas necessárias a sua adequada instrução.
- (B) cabe ao oficial competente a instauração do processo administrativo, mas sua instrução e as medidas necessárias ao seu escopo dependem de requerimento do interessado.
- (C) todos os atos e documentos relativos ao processo administrativo são oficiais e devem ser do conhecimento do interessado, o qual deverá ser prévia e formalmente notificado de todos os atos processuais.
- (D) os atos praticados e os documentos juntados ao processo administrativo necessitam ser oficialmente autenticados pelo poder Judiciário para que tenham plena validade.
- (E) são considerados oficiais e formais todos os atos praticados dentro do processo administrativo, independentemente da respectiva publicação, não podendo haver nulidade por falta de publicidade.

43. No tocante às normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, bem como às regras jurídicas atinentes à improbidade administrativa, é correto afirmar que a nomeação, feita por um Vereador, de um parente dele de terceiro grau, por afinidade, para um cargo de assessoramento na Câmara Municipal

- (A) não viola a Constituição Federal nem constitui improbidade, uma vez que o parente nomeado é apenas de terceiro grau.
- (B) está em sintonia com a Constituição Federal e não caracteriza ato de improbidade, uma vez que a nomeação foi para um cargo de assessoramento.
- (C) não fere a Constituição Federal nem é ato de improbidade, pois a relação do parentesco entre nomeante e nomeado é por afinidade.
- (D) não estará violando a Constituição Federal e não será ato de improbidade se a nomeação for para cargo que não tenha relação direta com as funções da autoridade nomeante.
- (E) viola a Constituição Federal e caracteriza ato de improbidade administrativa por ser uma nomeação viciada pelo nepotismo.

44. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), no caso de enriquecimento ilícito por parte de agente público, este

- (A) ficará sujeito à pena de detenção.
- (B) ficará sujeito à pena de reclusão.
- (C) terá seus direitos políticos cassados.
- (D) perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (E) perderá seu cargo e será banido da vida pública.

45. Considerando o disposto, expressamente, na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), o ato de frustrar a licitude de concurso público

- (A) é tipificado como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) não é considerado ato ilícito pela Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) é tipificado como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (D) é considerado crime a ser punido com a pena de reclusão pela Lei de Improbidade Administrativa.
- (E) é tipificado como ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

46. No que se refere à Prestação de Contas dos Partidos Políticos, é correto afirmar que

- (A) a falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do fundo partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei.
- (B) a desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de 20% (vinte por cento).
- (C) a desaprovação das contas implicará a suspensão de novas cotas do fundo partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei, acrescida de multa de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor apontado como irregular.
- (D) a desaprovação das contas do partido implicará a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de 10% (dez por cento), além da suspensão de novas cotas do fundo partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei.
- (E) a desaprovação das contas do partido implicará a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida da suspensão de novas cotas do fundo partidário enquanto perdurar a inadimplência, e sujeitará os responsáveis às penas da lei.

47. Nos termos da legislação eleitoral, para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos,

- (A) 1 (um) ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- (B) 6 (seis) meses antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- (C) 1 (um) ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo 6 (seis) meses antes da data da eleição.
- (D) 9 (nove) meses antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- (E) 6 (seis) meses antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo 1 (um) ano antes da data da eleição.

48. No que se refere a captação ou gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais, é correto afirmar que

- (A) qualquer eleitor ou partido político poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias da posse, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas relativas à arrecadação e gastos de recursos.
- (B) qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da posse, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas relativas ao processo eleitoral.
- (C) qualquer eleitor, partido político ou coligação poderá representar ao Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de inquérito judicial para apurar condutas em desacordo com as normas relativas à arrecadação e gastos de recursos.
- (D) qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas relativas ao processo eleitoral.
- (E) qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas relativas à arrecadação e gastos de recursos.

49. No processo legislativo federal, para que um projeto de lei complementar seja aprovado, no Senado Federal, é necessário(a)

- (A) no mínimo, 41 votos desde que presente a maioria absoluta de seus membros.
- (B) no mínimo, 42 votos desde que presente a maioria absoluta de seus membros.
- (C) maioria simples desde que presente a maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros.
- (D) no mínimo, 22 votos desde que presente a maioria de 42 de seus membros.
- (E) no mínimo, 21 votos desde que presente a maioria de 41 de seus membros.

50. O Município reger-se-á por lei orgânica que atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do Estado; atenderá ainda, entre outros, ao princípio de que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar
- (A) o montante de 4% (quatro por cento) da receita do Município.
 - (B) o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Câmara Municipal.
 - (C) a despesa com a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.
 - (D) o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.
 - (E) o montante de 25% (vinte e cinco por cento) da receita da Câmara Municipal.
51. O controle preventivo da constitucionalidade pode ser exercido
- (A) por qualquer juiz em qualquer grau de jurisdição ao analisar incidente no curso de um processo comum.
 - (B) pelo Chefe do Poder Executivo por meio do veto.
 - (C) pelo Supremo Tribunal Federal ao analisar ação direta de inconstitucionalidade, que tenha por objeto projetos de lei ou atos inacabados do Poder Público.
 - (D) pelos Poderes Legislativo e Executivo ou pelo Supremo Tribunal Federal ao analisar ação direta de inconstitucionalidade, que tenha por objeto projetos de lei ou atos inacabados do Poder Público.
 - (E) exclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça do Poder Legislativo.
52. No que tange aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que
- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
 - (B) o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita a todos.
 - (C) será admitida a ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
 - (D) não pode ser instituída pena de perda de bens.
 - (E) a prática de tráfico ilícito de drogas constitui crime inafiançável e imprescritível.
53. No que se refere aos direitos sociais, é correto afirmar que, nas empresas de
- (A) mais de 200 (duzentos) empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - (B) mais de 50 (cinquenta) empregados, é assegurada a indicação de um representante destes com a finalidade exclusiva de representar-lhes perante os órgãos públicos.
 - (C) mais de 100 (cem) empregados, é assegurada a indicação de um representante destes com a finalidade exclusiva de representar-lhes perante os órgãos públicos.
 - (D) mais de 100 (cem) empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de representar-lhes perante os órgãos públicos.
 - (E) mais de 50 (cinquenta) empregados, é assegurada a indicação de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
54. Nos termos da Constituição Federal, é privativo do brasileiro nato o cargo de
- (A) Prefeito Municipal.
 - (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Ministro de Estado da Fazenda.
 - (D) Ministro de Estado da Justiça.
 - (E) Ministro de Estado da Defesa.
55. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, sendo que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve
- (A) prestar no final do mandato, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) prestar no final do mandato, só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da Câmara Municipal.
 - (C) anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) prestar no final do mandato, só deixará de prevalecer por decisão de órgão judicial colegiado.
 - (E) anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Comissão de Fiscalização da Câmara Municipal.

56. É correto afirmar que o Memorando tem as seguintes características:

- (A) sua tramitação prima pela agilidade e pela burocratização de procedimentos; é usado para comunicação entre diferentes órgãos da administração; sua forma de comunicação é tanto interna quanto externa; seu destinatário deve ser mencionado somente pelo nome.
- (B) sua tramitação prima pelo formalismo e pelo ritualismo de procedimentos; é usado para comunicação entre setores do mesmo nível hierárquico dos órgãos; sua forma de comunicação é eminentemente externa; seu destinatário deve ser mencionado pelo nome e pelo cargo que ocupa.
- (C) sua tramitação prima pela agilidade e pela simplicidade de procedimentos; é usado para comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão; sua forma de comunicação é eminentemente interna; seu destinatário deve ser mencionado somente pelo cargo que ocupa.
- (D) sua tramitação segue ritos procedimentais burocratizados; é usado para comunicação entre setores de diferentes níveis hierárquicos no mesmo órgão; sua forma de comunicação é eminentemente interna; seu destinatário deve ser mencionado pelo nome e pelo cargo que ocupa.
- (E) sua tramitação prima pela agilidade e evita procedimentos complexos; é usado para comunicação entre diferentes órgãos da administração superior; sua forma de comunicação é eminentemente externa; seu destinatário deve ser mencionado somente pelo cargo que ocupa.

57. O e-mail (ou correio eletrônico) é, hoje, uma das principais formas de comunicação para transmissão de documentos. No âmbito das comunicações oficiais, o texto do e-mail deve

- (A) dispensar estruturas formais, podendo ser expresso em linguagem simples e coloquial; dispensa-se a certificação digital para que assuma valor documental.
- (B) adotar linguagem compatível com os preceitos de redação oficial; se encaminhar algum arquivo anexo, deve expor sucintamente o conteúdo desse arquivo.
- (C) conter certificação digital para garantir seu valor documental; sua estrutura deve adotar forma rígida, por se tratar de correspondência oficial.
- (D) ter forma flexível e estrutura simplificada; pelo caráter informal que assume, dispensa o rigor da linguagem culta, própria da redação oficial.
- (E) expressar as informações com clareza e concisão, embora em linguagem descontraída; a certificação digital deve ser providenciada também em documentos não oficiais.

58. Assinale a alternativa que completa com correção as lacunas do Requerimento.

Senhor Secretário de Planejamento do Estado de Bruzundanga

Eu, Policarpo Quaresma, servidor Analista Técnico lotado no Setor de Orçamento e Finanças desta Secretaria, ____ autorização de ____ para participar do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal promovido pela área de Recursos Humanos, com o objetivo de melhor qualificar-____ para desempenhar as atividades que ____ são afetas.

Nestes termos,
____ deferimento.

- (A) requeiro – V.S^a – se – lhe – Pedes
- (B) requer – V.Sa. – me – lhe – Pedes
- (C) requeiro – V. Ex^a – me – me – Peço
- (D) requere – V.Excia. – se – me – Pedes
- (E) requero – V.Ex^a – me – lhe – Peço

59. Assinale a alternativa contendo a afirmação correta.

- (A) O Ofício é documento expedido por órgão público e destinado a outro órgão público ou a particular.
- (B) Para comunicar algo a um órgão público, um cidadão, mesmo como particular, deve redigir um Ofício.
- (C) A Carta pode ter vários destinatários (Carta Circular), e sua linguagem é mais informal, dispensando o uso de pronomes de tratamento.
- (D) As principais diferenças entre Carta e Ofício são formais: neste, não se emprega vocativo; naquela, os dados do destinatário são colocados abaixo dos dados do signatário.
- (E) Nos Ofícios, emprega-se “Respeitosamente” ou “Atenciosamente”, por extenso ou não, independentemente de diferenças de hierarquia entre destinador e destinatário.

60. Considerando-se os princípios de correção gramatical e de impessoalidade, objetividade e clareza da comunicação, conclui-se que a alternativa que contém o trecho de um Ofício adequado a esses princípios é:

- (A) Certos de que Vossa Senhoria nos honrará com vossa participação em nosso evento, sendo só o que se nos oferece para o momento, subscrevemos-nos.
- (B) Venho através desta convidá-lo para o jantar festivo de nossa agremiação, para o que conto com vossa eminente presença.
- (C) Por oportuno, informamos que o recurso já foi encaminhado a Vossa Excelência, o Meretíssimo Juiz, devendo agora o réu aguardar sentença daquela autoridade.
- (D) Convidamos Vossa Excelência para abrir a próxima sessão extraordinária deste Conselho, proferindo palestra sobre sua experiência na Corte Penal de Haia.
- (E) Outrossim esclareço que, tendo V.Ex^a, o Ilustríssimo Senhor Ministro, se manifestado contra a medida, foi ele convidado a expor-nos suas razões.

